



Termo de Referência

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.

2. JUSTIFICATIVA

Para adequação das escolas para o retorno das aulas para melhor adequação dos locais solicitamos a aquisição desses materiais permanente com a finalidade de garantir o bom desenvolvimento das atividades propondo o conforto, conservação de alimentos e preparo aos usuários e profissionais no ambiente.

3. ITENS E ESPECIFICAÇÕES:

Item	Equipamento	Especificações Técnicas	Quantidade
1.	Geladeira	Compartimento Extra Frio, Tipo de Degelo: Frost Free, Lâmpada, Prateleiras de vidro temperado, Gaveta de legumes, Pés estabilizadores, Prateleira diversos removível, Prateleira garrafas removível, Prateleira no congelador removível, Trava na porta do congelador, Capacidade de armazenagem total (L)342, Consumo (kWh)36,6, Capacidade de armazenagem do refrigerador (L)295, Capacidade de armazenagem do congelador (L)47, Tensão/Voltagem 110V/220V, Consumo de Energia A (menos 25% de consumo)	5 unidades
2.	Fogão	Bocas 4, 2 Queimadores família: Maior rapidez e facilidade ao limpar, Tampa de vidro temperado: Resistência e visibilidade, Botões removíveis: Facilita a limpeza do produto, Puxador de aço super-reforçado para mais segurança, Botões Removíveis - Facilita a limpeza do produto, Tampa Vidro temperado, Resistência e visibilidade, Capacidade do Forno56 L, Pressão do Gás2,8 kPa / Gás GLP, Potência 9,6Kw, Potência Elétrica2W, Bivolt Sim, Dimensões do Produto (LxAxP) 50,7 x 83 x 59,8 cm	5 unidades
3.	Bebedouro Industrial 4 torneiras	Capacidade de 200 Litros no reservatório, Modelos tradicional de bebedouro industrial confeccionado em aço inox, Permite a fácil adaptação em ambientes onde a grande circulação de pessoas, 04 Torneiras ROSCA/COPO em latão cromado, Aparador de água frontal em chapa de aço inox com ralo sifonado: barra o mau cheiro proveniente do esgoto, Capacidade de	4 unidades



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ nº 20.265.587/0001-78



		refrigeração de 13 litros/hora, Com revestimento externo em aço inox, Reservatório de água (tanque interno) em pp atóxico (polipropileno), Isolação em EPS1, CFC Livre , Gás ecológico R134A - Unidade condensadora, Controle da temperatura da água, Fácil acesso para limpeza, com FILTRO, CERTIFICADO PELO INMETRO, Disponíveis em 110 e 220v e Baixo consumo de energia	
4.	Bebedouro Industrial 2 torneiras	Capacidade de 50 Litros no reservatório, Modelos tradicional de bebedouro industrial confeccionado em aço inox, Permite a fácil adaptação em ambientes onde a grande circulação de pessoas, 02 Torneiras ROSCA/COPO em latão cromado, Aparador de água frontal em chapa de aço inox com ralo sifonado: barra o mau cheiro proveniente do esgoto, Capacidade de refrigeração de 13 litros/hora, Com revestimento externo em aço inox, Reservatório de água (tanque interno) em pp atóxico (polipropileno), Isolação em EPS1, CFC Livre, Gás ecológico R134A, Unidade condensadora, Controle da temperatura da água, Fácil acesso para limpeza, com FILTRO CERTIFICADO PELO INMETRO, Disponíveis em 110 e 220v e Baixo consumo de energia	8 unidades
5.	Freezer 01 porta	Função refrigeração: Sim, Tipo de Degelo: manual prático de limpar com o dreno frontal, Também possui 4 rodinhas nos pés, que facilitam a movimentação, Econômico Classificação A nos testes de consumo de energia do Inmetro, Plugue e Tomada 10 A, Capacidade (litros):309 (aproximado), Nº de portas: 1, Tensão/Voltagem110V/220V, Eficiência Energética: A ,Temperatura mínima/máxima: Freezer: Congelamento de alimentos -18 °C a -25 °C/ Refrigerador:+1 °C a +5 °C	4 unidades
6.	Ventilador dois em um	O Ventilador 2 em 1 que pode ser trocada a base para parede ou coluna deve se acompanhar os dois , Com coluna telescópica com altura ajustável até 42cm, que permite ajustar a altura, de acordo com a necessidade, Oferece hélice com 6 pás e diâmetro de 40cm, Com 3 velocidades, que variam entre mínima, média e máxima, Grade plástica com proteção e espaçamento, que atende as normas de segurança e não permite contato direto com a hélice, E para sua maior comodidade e segurança, possui fusível térmico, que assegura maior durabilidade ao produto, Novo sistema de travamento entre grade frontal e traseira, Alça na grade traseira para transportar o aparelho, Sistema Easy to Go: base removível para maior facilidade de transporte e armazenamento, Base redonda	30 unidades



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ nº 20.265.587/0001-78



		e altura regulável: ótima estabilidade e maior alcance do fluxo de ar e Tensão/Voltagem 110 V	
7.	Quadro Escolar Moldura Alumínio 200x120 Cm	Cor: Branco, Material Moldura: Alumínio, Linha: Standard, Referência: 938, Certificação: ISO 9001 2008, Tamanho: 120 x 200 cm Marca: Stalo, Conteúdo da embalagem: 01 Quadro Dimensões aproximadas da embalagem: 120 x 200 x 05 cm, Peso aproximado da embalagem: 9,7 Kg Informações Adicionais: Não Incluso apagador, Caneta não inclusa	20
8.	Ar condicionado 12000 BTU	Capacidade de aquecimento de 12000 BTU, Potência de refrigeração de 1085W e de aquecimento de 975W., Eficiência energética: A, Com função desumidificação, Tem tecnologia inverter, Tem temporizador, Inclui controle remoto	5
9.	Mesa Para Professor Escritório	Mesa para Escritório 120 x 68 cm, com um design reto e discreto, Material: Estrutura em aço carbono e tampo em MDP.Medidas (altura x largura x profundidade): 74 x 120 x 60 cm. Medidas aproximadas e sem gaveta.	10

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE CONTRATANTE:

4.1 Caberá à Além das obrigações resultantes da observância da Lei 11⁰8666/93, a CONTRATANTE deverá: VI) Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto deste Pregão, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

4.1.1 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações e responsabilidade da Contratada;

4.1.2 - Emitir Ordem de início de fornecimento autorizando o início do fornecimento do objeto deste Contrato;

4.1.2 - Dar a Contratada as condições necessárias para regular execução do Contrato;

4.1.4 -Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto a continuidade do fornecimento dos produtos que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;

5- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Caberá à CONTRATADA, além do cumprimento às disposições da Lei 8.666/93, do contrato assinado com a CONTRATANTE, e demais disposições regulamentares pertinentes aos objetos a serem fornecidos:

a) A entrega dos produtos objetos deste certame será de forma parcelada, de acordo com o demanda e a disponibilidade financeira da Secretaria Municipal de Educação, no prazo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ nº 20.265.587/0001-78



máximo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de compra, no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito a Av. Duque de Caxias, s/n, Centro, CEP: 68.725-000, Igarapé — Açu/PA.

- b) Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- c) Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- d) Caso insatisfatória as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão desconformidades com as especificações contidas neste Edital e seus Anexos. Nesta hipótese, os objetos serão rejeitados, devendo ser substituído no prazo máximo de 02 (dois) dias.
- e) Caso a entrega dos produtos não ocorra no prazo previsto, ou em caso de nova rejeição, estará à empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeitando-se à aplicação de penalidades.
- f) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- g) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos;
- h) Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura;
- i) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo contrato, inclusive quanto aos preços praticados;
- j) Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerente ao objeto da licitação;
- k) Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- l) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social trabalhista em vigor, obrigando-se a saná-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- n) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;



- o) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados a serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- p) A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto da licitação, razão pela qual a licitante vencedora deverá renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;
- q) Fornecer, de forma permanente e regular, nas quantidades requisitadas e quando autorizado pela CONTRATANTE mediante requisição, todos os produtos constantes do anexo I desta avença.
- r) Quando, por algum motivo, os produtos estiverem em falta no mercado local a CONTRATADA obriga-se a providenciar o fornecimento em no máximo 24h (vinte e quatro horas), sob pena de aplicação de multas, penalidades administrativas além da rescisão unilateral do contrato;
- s) Permitir que servidor da prefeitura acompanhe os trabalhos junto à empresa à título de fiscalização

6 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento da despesa decorrente do objeto a que se refere a presente licitação será realizado de acordo com a quantidade de produtos entregues, em moeda-corrente, até 0 10⁰ (décimo) dia do mês subsequente àquele em que foi efetuado a entrega dos produtos, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais Eletrônica/Faturas, recibo e "Atestado de Conformidade e Recebimento dos produtos" feito pelo fiscal do contrato, que será designado



pela Prefeitura, responsáveis pela fiscalização dos objetos fornecidos, confirmando se o serviço foi executado conforme exigências estabelecidas neste Edital

7.2 Sendo encontrado algum erro na Nota Fiscal expedida, será imediatamente oficiada a empresa contratada apontando as falhas para que a mesma proceda ao cancelamento da Nota com expedição de outra contemplando a correta prestação dos serviços.

7.3 O Órgão negociador se reserva o direito de exigir da empresa contratada, à cada pagamento, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, enquanto durarem o contrato de fornecimento dos produtos.

7.4 Junto ao corpo da Nota Fiscal e/Fatura é recomendado que a contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

7.5 É obrigatório a apresentação de Nota Fiscal para cada contrato do Pregão, sob pena de rejeição e substituição das mesmas.

7.6 Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão corrigidos pela variação do IGPM havida entre a data do vencimento e do efetivo pagamento.

7.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

8.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5. Cometer fraude fiscal;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.2 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.3 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.4 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ nº 20.265.587/0001-78



- 8.2.5** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.2.6** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 8.2.7** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 8.3** As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 8.4** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 8.4.2** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.4.3** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.4.4** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.5.2** Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.
- 8.6** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 8.6.1** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.7** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 8.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.9** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ÁÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ nº 20.265.587/0001-78



despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1^o de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas.